

**Jorge Costa Pereira; 20.09.2005**  
**Início novo ano lectivo**

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhores membros do Governo

Teve início, na passada semana, mais um ano lectivo. Nos Açores, o seu arranque fez-se com normalidade, fruto do sucesso das medidas organizativas que têm vindo a ser implementadas desde há anos. Com este facto ganhamos todos: o início atempado, normal, sem incidentes, do ano lectivo é um sinal de maturidade do sistema educativo, uma prova de eficácia da sua dimensão organizativa e um bem que devemos todos preservar.

Apesar disso, o início do ano lectivo 2005-2006 fica marcado por um conjunto de medidas, determinadas a nível nacional, mas aplicadas também à Região, cujo impacto e consequências não podem ainda ser avaliados. Mesmo assim, sem querer de modo algum polemizar, não podemos deixar de aqui expressar algumas preocupações e reflexões que, com seriedade, merecem discussão e análise.

Uma delas é a questão das mudanças dos horários dos professores.

Até agora os docentes possuíam um número de horas atribuídas que era de 35 horas semanais, das quais só uma parte era lectiva (até às 22 horas no máximo), sendo as restantes utilizadas pelos professores no seu trabalho individual que podia ser realizado fora da escola (preparação de aulas, testes, correcção de testes e trabalhos, etc.).

Por determinação do Governo da República, seguida pelo Governo Regional, tomada em pleno Verão, sem diálogo com os visados, os docentes ficam agora a prestar obrigatoriamente na escola um total de 26 horas, das quais um máximo de 22 horas podem ser lectivas.

Esta medida permitirá, no dizer do Governo, ter mais professores disponíveis para ajudar no combate às dificuldades sentidas pelos alunos, no preenchimento dos

“furos”, etc., para além dos docentes poderem também realizar parte do seu trabalho individual na escola.

A questão está na dimensão prática desta medida, uma vez que uma grande maioria das escolas da Região não possui objectivamente condições nem instalações que possam acolher, com dignidade e funcionalidade, a presença simultânea de tantos docentes na escola sem aulas atribuídas. Não será, pois, de estranhar por muitas escolas da Região a existência de salas de professores cheias de docentes, sem condições para trabalho individual e sem nenhuma função específica para fazer a não ser ter que cumprir as horas na Escola. E isto não é bom nem para a Escola, nem para a motivação e dignificação dos docentes.

Por outro lado, com este sistema, anunciou-se que os professores também estarão disponíveis para ajudar os alunos nas suas dúvidas e nos seus trabalhos de casa e que até, no dizer do Secretário Regional da Educação e Ciência, tal facto vinha dar ao sistema maior igualdade de oportunidades para os alunos que não têm recursos para pagar explicadores. O que fica por se saber é quando é que os alunos terão esses tempos de esclarecimento de dúvidas. Tudo indica que seja depois das suas aulas, mas a verdade é que os horários da maioria das escolas estão articulados com os transportes escolares de forma a que os alunos quando terminam as suas aulas têm normalmente de seguida transporte para a sua localidade. Os transportes de regresso a casa dos alunos serão mais tarde? Aos alunos que pretenderem esclarecer dúvidas ser-lhes-ão facultados outros transportes alternativos? Como funcionará na prática e como se adequa à realidade concreta da maioria das nossas escolas este novo modelo, como será garantida na prática a anunciada igualdade de oportunidades, é a questão que importa conhecer de quem tem a responsabilidade pelo sector.

Mais: a experiência generalizada dos docentes indica que não são os alunos que efectivamente mais necessidades de apoio têm que habitualmente usufruem dos espaços que as escolas criam e têm criado para esse fim, uma vez que a sua frequência é facultativa e esses alunos frequentemente se recusam a elas se dirigirem.

Só acções de motivação acrescida junto destes alunos resolverão o problema? Como podemos inverter a actuar efectivamente na promoção da igualdade? É que não basta anunciá-la; é preciso que ela se realize efectivamente na prática diária das escolas.

E, para isso, impõe-se a convocação e o envolvimento efectivo de toda a comunidade educativa e de todos os que têm responsabilidades neste sector.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Outra medida implementada pelo Governo da República e largamente difundida como uma “grande conquista” é a introdução das aulas de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico ao nível dos alunos do 3º e 4º anos de escolaridade.

Embora já há alguns anos nos Açores, sobretudo nas ilhas servidas com escolas básicas integradas, fosse facultativo o ensino de Inglês, e, portanto, esta medida não seja para nós uma novidade, a verdade é que a dimensão nacional da sua implementação deu-lhe mais impacto.

Ninguém põe em causa o alcance e a importância da leccionação do Inglês no 1º ciclo do ensino básico. Todos reconhecemos os benefícios que daí podem advir. Agora, parece-nos exagerado o ênfase que nela se está colocando, sobretudo no Governo da República, onde o Primeiro-Ministro, certamente mais preocupado com os títulos dos jornais do que com a razoabilidade das suas propostas, já promete que para o próximo ano lectivo o Inglês será ministrado aos 4 anos do 1.º ciclo.

Ora, quando todos sabemos e conhecemos as graves dificuldades por que passa no 1º ciclo a aprendizagem do Português e da Matemática com repercussões graves a todo o restante percurso do aluno, soa claramente a demagogia e a uma inconsequente atracção pelo acessório, esta questão de alargar o Inglês a todo o 1º ciclo quando o essencial e o fundamental das políticas governativas neste ciclo, deverá concentrar-se ao nível do Português e da Matemática, e o que a este nível tem sido dito é quase zero.

Sensatamente o Secretário Regional de Educação e Ciência, já rejeitou essa possibilidade de, nos Açores, alargar o Inglês a todos os anos do 1º ciclo. Esperemos que mantenha essa decisão, que se melhore e generalize a implementação do Inglês nas escolas de todas as ilhas, mas sobretudo que se introduzam medidas urgentes nas áreas do Português e da Matemática devidamente consensualizadas com os docentes.

É que, pelo jeito que as coisas vão tomando na República, qualquer dia os nossos filhos saem do 1º ciclo falando Inglês, e escrevendo e lendo mal Português e fazendo contas apenas na calculadora...

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Os dados estatísticos oficiais divulgados recentemente sobre as taxas de retenção no Ensino Básico em Portugal, são preocupantes para os Açores. Em todos os anos, do 2º até ao 9º ano de escolaridade, na nossa Região, as taxas de retenção são superiores ao resto do País, nalguns casos até mais do dobro (por exemplo, no 2.º ano a taxa de retenção nos Açores é 29,57%, enquanto a média do País é de 14,19% e da Madeira de 14,60%). Nos restantes anos de escolaridade, a comparação das taxas de retenção é igualmente preocupante.

Estes números, na prática, ainda são piores, uma vez que no Continente inclui-se na taxa de retenção não só os alunos que “perdem” mas também aqueles que desistem e saem da escola, enquanto nos Açores os números agora publicados só têm em conta os alunos que “perdem”. Ora, sabendo-se que a taxa de desistência e abandono nos Açores é muito elevada, se ela for somada à taxa de retenção como acontece no Continente, então os números nos Açores serão ainda mais negros e preocupantes, como é óbvio.

O primeiro objectivo de um sistema educativo é o sucesso dos seus alunos. Os números agora revelados provam, na prática, e a este nível, a falência das políticas educativas nos Açores. Apesar dos 300 milhões de contos investidos em educação de 1997 a 2004, a análise comparativa das taxas de retenção desde o ano lectivo 1996-1997, revela que o problema é estrutural nos Açores, persiste com taxas elevadas e na maioria dos anos de escolaridade até piora de 1996 para 2003. Isto é, por palavras mais simples: no período referido, os alunos dos Açores “perdem” cada vez mais e “perdem” muito mais que os seus colegas da Madeira e do Continente.

Podíamos ter, relativamente a este grave problema, um conforto. O de julgar que os nossos alunos perdem mais porque o sistema é mais exigente nos Açores. Mas, os

resultados das escolas dos Açores nos exames nacionais do 12.º ano são extremamente baixos e, por isso, em vez de nos confortarem, aumentam as nossas preocupações.

A decisão do Secretário Regional da Educação e Ciência em não realizar nos Açores os exames nacionais de 9.º ano (substituídos por uma Prova de Avaliação Sumativa Externa), vai, por outro lado, retirar qualquer possibilidade de aferir e comparar os resultados entre a Região e o todo nacional no que ao *términus* da escolaridade obrigatória diz respeito.

A questão de fundo que importa enfrentar é a de saber porque é que os alunos dos Açores na escolaridade obrigatória têm uma taxa de retenção média superior a 22%, enquanto no Continente ela é de 14% e na Madeira de 15%. E porque é que estes valores perduram e se agravam no decurso dos anos.

O que é grave é que na Região ninguém sabe responder a estas questões, nem tem instrumentos científicos que habilitem a procura de respostas. É que nada de significativo se fez, nestes anos todos, para avaliar, com rigor e independência, o nosso sistema educativo e as medidas que foram sendo tomadas. O recente anúncio feito pelo Governo Regional da criação de um novo regime jurídico de avaliação do Sistema Educativo Regional prova o atraso e a ausência de medidas por parte da Região neste domínio essencial.

A propósito, já há anos que a a Secretaria Regional da Educação possui os resultados obtidos pelas várias escolas da Região nos exames nacionais do 12º ano. Há quantos anos já poderia aquele departamento ter iniciado junto das escolas, individualmente, um trabalho sério, conseqüente, de análise estatística às médias, por disciplina, por escola, no contexto da Região e do País? Longe da comunicação social, longe do debate acessório e às vezes ilusório dos *rankings*, quanto já se poderia ter evoluído e melhorado nesta área da auto-avaliação e da avaliação interna das escolas? Quantas estratégias erradas já poderiam ter sido corrigidas se esse trabalho tivesse sido feito? Quantos alunos não teriam tido melhor sucesso? Quanto trabalho positivo, quantas experiências de sucesso poderiam ter sido reforçadas e alargadas?

Infelizmente, a verdade é que nada tem sido feito neste domínio. Por isso, entendemos que o assunto é suficientemente importante para justificar nos Açores uma paragem para se pensar. O assunto, pela sua gravidade, pelo seu alcance, justifica a realização de um Dia D nas nossas escolas para reflectir, discutir, analisar, avançar

propostas, consensualizar soluções. A problemática do insucesso escolar nos Açores bem o merece. A realização nos Açores de um Dia D, que agora propomos, dedicado à análise do insucesso escolar, poderá ser, se devidamente organizado e envolvendo nele a comunidade educativa, a oportunidade para nos unirmos à volta do problema e dos caminhos para a sua solução.

O desafio que agora se nos coloca é incontornável. É urgente parar para pensar e procurar respostas e soluções para a educação nos Açores. Trata-se do sucesso e da felicidade dos nossos alunos e dos nossos filhos. O governo regional, na primeira linha, mas também os professores, os pais e a comunidade têm pela frente talvez o mais difícil e mais radical desafio do nosso futuro.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O início do presente ano lectivo fica ainda marcado pela falta de verbas para a Universidade dos Açores, uma vez que, segundo o seu Reitor “ as verbas transferidas do Governo de Sócrates só dão para fazer face a 90% das despesas com pessoal ”.

E se a esta questão somarmos as indefinições que ainda persistem sobre a afectação no PIDDAC de verbas para a 2.<sup>a</sup> fase do pólo da Terra Chã, na ilha Terceira, e para a construção do DOP, no Faial, então temos razões muito sérias para estarmos preocupados.

Não se antevêm para a nossa Universidade tempos fáceis. Por isso, mais empenho visível e efectivo se exige do Governo Regional e do seu Presidente junto do Governo da República e que dele resulte para a Universidade dos Açores aquilo que ela necessita e que é de justiça.

O silêncio continuado e persistente do Presidente do Governo Regional sobre estas questões é já preocupante, sobretudo se nos recordarmos do seu verbo fácil, reivindicativo e exigente de há um ano quando publicamente tudo exigia do Governo da República para ser feito de imediato.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O novo ano lectivo foi aberto oficialmente na Horta, coincidindo com o lançamento da primeira pedra da nova Escola Secundária da Horta.

Retirando algum, mas já habitual, eleitoralismo que rodeia estas ocasiões e retirando a lamentável e censurável omissão protocolar de, tendo sido endereçados convites a uma infinidade de dirigentes e quadros da administração regional na Horta, os deputados regionais, eleitos pela ilha do Faial, pura e simplesmente terem sido colocados fora dos convites para tais eventos, não posso, depois de tantas vezes ter subido a esta tribuna para transmitir as aspirações dos Faialenses quanto à nova Escola Secundária e a sua desilusão pelo seu início sempre adiado, não posso agora que o processo conheceu novo desenvolvimento, deixar de aqui publicamente manifestar a satisfação pelo anunciado arranque da obra e esperar sinceramente que à primeira pedra, colocada estrategicamente na véspera de eleições, as outras pedras rapidamente se sucedam.

Tenho dito.

Horta, 20 de Setembro de 2005

---

Jorge Costa Pereira  
*Deputado Regional*